

Minerva Comercializadora de Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 24.510.849/0001-73

Relatório de Administração

Srs. Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Comercializadora de Energia Ltda., tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo-SP, 25 de fevereiro de 2021.

A Administração

Balancos Patrimoniais para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	105.369	66.019
Contas a receber	5	137.832	128.852
Impostos a recuperar	6	4.761	5.175
Outros ativos	7	3.102	31.515
Total do ativo circulante		251.064	231.561
Total do ativo		251.064	231.561

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	15	493.382	986.860
Custo dos serviços – energia elétrica	16	(459.237)	(819.121)
Lucro bruto		34.145	167.739
Recursos (despesas) operacionais			
Despesas vendas		(88)	(65)
Despesas administrativas e gerais	16	(14.996)	(16.823)
Outras receitas (despesas) operacionais		7	358
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		19.068	151.209
Despesas financeiras	17	(737)	(2.787)
Receitas financeiras	17	2.378	4.462
Varição cambial líquida	17	4	—
Resultado financeiro líquido		1.645	1.675
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		20.713	152.884
Imposto de renda e contribuição social – corrente	12	(2.471)	(6.559)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	12	(3.478)	(42.576)
Lucro do exercício		14.764	103.749

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais – R\$ – exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais – A Minerva Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”) foi constituída em abril de 2016, tendo como objetivo social principalmente a atividade de comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação aplicável em vigor. A Empresa tem sua sede social localizada em São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 8º andar, conjunto 82, sala C, Bairro Itaim Bibi, CEP 04542-000.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. **Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As Demonstrações Contábeis da Empresa estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCEPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência e a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – “Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. 2.3. **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2020 foram aprovadas pela Administração da Empresa no dia 25/02/2021. 3. **Resumo das principais práticas contábeis** – a) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. b) **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. c) **Auração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Empresa. e) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 01/01/2018 o CPC 48, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Empresa e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Empresa classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: i) ativos mensurados ao custo de amortização; ii) valor justo por meio do resultado, ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Empresa deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadrem como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Empresa deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment juntamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado. • **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratual quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em “Outros resultados abrangentes”. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ou ii) instrumentos patrimoniais desses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência aos outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. • **Desreconhecimento ativos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a Empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. • **Passivo financeiro ao custo amortizado:** A Empresa deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Empresa possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, pagamento e debêntures e fornecedores. A Empresa possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. • **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. • **Desreconhecimento Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. f) **Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. g) **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. h) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Empresa considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Empresa, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado da capital da Empresa, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimen-

tos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Empresa são baixos, assim, resultando em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo de geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados anualmente. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício ou período corrente e diferido das Empresa e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas aos investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam aos impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que os lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. j) **Benefícios a empregados:** A Empresa não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento. k) **Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. Os contratos de compra e venda de energia compreende posições futuras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: vendendo o contrato antes de seu exercício ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Estes contratos estão no escopo NBC TG 48, consequentemente, são tratados como instrumentos financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado. A demonstração da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 15. l) **Demonstração dos fluxos de caixa:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. m) **Novos pronunciamentos técnicos adotados:** Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 01/01/2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes: • Definição de negócios (alterações ao IFRS 3); • Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8); • Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7); • Alterações às referências a estrutura conceitual básica (várias normas); • Concessões relacionadas a Covid-19 (alterações à IFRS 16). As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • IFRS 17 Contratos de seguros; • Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à Estrutura Conceitual; • Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16); • Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37); • Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41). Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

4. **Caixa e equivalentes de caixa** – Os ativos financeiros da Sociedade compõem-se como segue:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)			
	2020	2019	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	14.764	103.749	
Lucro do exercício	14.764	103.749	
Ajustes para conciliar o lucro pelas atividades operacionais:			
Tributos diferidos	3.478	42.576	
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber e outros ativos	19.433	(17.601)	
Tributos a recuperar	414	(1.692)	
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	(63)	(342)	
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.184	897	
Contas a pagar	140	653	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	39.350	28.240	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	39.350	28.240	
No início do período	66.019	37.779	
No fim do período	105.369	66.019	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	39.350	28.240	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
	2020	2019	
Capital social de lucros exercido	14.764	103.749	
Reservas			
Reserva de lucro do exercício	—	—	
Reserva de lucros	103.749	103.749	
Saldos em 31/12/2019	55.000	129.291	
Lucro do exercício	—	—	
Reserva de lucros	—	—	
Saldos em 31/12/2020	55.000	144.055	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)			
	2020	2019	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	14.764	103.749	
Lucro do exercício	14.764	103.749	
Ajustes para conciliar o lucro pelas atividades operacionais:			
Tributos diferidos	3.478	42.576	
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber e outros ativos	19.433	(17.601)	
Tributos a recuperar	414	(1.692)	
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	(63)	(342)	
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.184	897	
Contas a pagar	140	653	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	39.350	28.240	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	39.350	28.240	
No início do período	66.019	37.779	
No fim do período	105.369	66.019	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	39.350	28.240	

receber mencionadas acima. A Administração da Empresa entende que não há risco efetivo de eventuais perdas de contas a receber que necessite a constituição de Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

6. Tributos a recuperar

	2020	2019
PIS – Programa de integração social	—	99
Cofins – Contribuição para financiamento da segurança social	—	446
ICMS a recuperar	—	195
Imposto de renda e CSLL	—	4.566
Total de tributos a recuperar	4.761	5.175

7. Outros ativos

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores (a)	3.102	31.469
Outros ativos	—	46
Total de outros ativos	3.102	31.515

(a) Referente aos adiantamentos realizados a fornecedores de energia, para o mercado de curto prazo, principalmente de fonte de energia elétrica incerta.

8. Fornecedores

	2020	2019
Nacionais	170	233
Total	170	233

O saldo de fornecedores nacionais em 31/12/2019, compreende-se basicamente as compras de energias elétrica no mercado interno, em garantia dos contratos de compra e venda de energia.

Fornecedores por idade de vencimento

	2020	2019
A vencer:	67	85
Vencidas:		
Até 30 dias	28	148
De 31 a 60 dias	8	—
De 61 a 90 dias	67	—
Total	170	233

9. Obrigações trabalhistas e tributária

	2020	2019
Trabalhistas		
Encargos sociais – FGTS e INSS (empregados e terceiros)	72	63
Provisão de férias/13º e encargos	292	267
Outros proventos e encargos	1.033	111
Total trabalhista	1.397	341
Tributárias		
IRPJ	317	—
Contribuição Social S/ Lucro	121	—
Outros tributos e taxas	486	796
Total tributárias	924	796
Total	2.321	1.137

Circulante

	2020	2019
10. Outras contas a pagar		
Adiantamentos recebidos	3.464	3.324
Total	3.464	3.324

Corresponde aos valores recebidos de clientes em garantia de contrato de compra e venda de energia. Esses valores serão mantidos em custódia da Empresa até o término dos referidos contratos.

11. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas, realizadas a preços e condições normais de mercado, estão sumarizadas em tabelas demonstradas abaixo e compreendem: Operações comerciais com partes relacionadas, inclusas nos saldos de contas a receber, fornecedores e receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita sobre vendas de energia	11.091	11.821
Minerva S.A.	11.091	11.821
Total	11.091	11.821

Compra de energia

	2020	2019
Minerva S.A.	—	915
Total	—	915

Todas as operações são realizadas de acordo com os parâmetros normais de mercado, tanto para preços como prazos.

12. Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Passivo		
Diferenças temporárias (a)	46.054	42.576
Total de diferenças temporárias passiva	46.054	42.576
Total de passivos diferidos	46.054	42.576

(a) As diferenças temporárias são relacionadas a Marcação/Reversão de AVJ de contratos de energia. A Empresa tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 5 anos. A seguir, apresentamos a movimentação dos tributos fiscais diferidos, relativos às diferenças temporárias como segue:

	Saldo em 1º/01/2020	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31/12/2020
Bancos conta movimento	638	772	—	—	1.410
Aplicações financeiras*	104.731	65.247	—	—	170.978
Total	105.369	66.019			172.397
Aplicações financeiras*/Em moeda nacional:					
Debêntures	9.003	4.618	—	—	13.621
Certificado Depósito Bancário (CDB)	95.728	60.629	—	—	156.357
Total	104.731	65.247			170.978

Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade, são considerados “Caixas e equivalentes de caixa” os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

5. Contas a receber

	2020	2019
Duplicatas a receber – mercado interno	137.832	128.852
Total		

... continuação

Minerva Comercializadora de Energia Ltda.